ANEXO B

Provas de avaliação científica

1 — Programa:

- 1 — Noções fundamentais de gestão:
 1.1 — A gestão em contextos de mudança;
 1.2 — O ciclo da gestão:
 1.2.1 — Planeamento;
 1.2.2 — Organização;
 1.2.3 — Direcção;
 1.2.4 — Controlo.
 2 — Contabilidade orçamental:
 2.1 — Quadro legal:
 2.1.1 — Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado;
 2.1.2 — Regime de Administração Financeira do Estado;
 2.1.3 — Lei do Orçamento;
 2.1.4 — Decreto-Lei de execução orçamental;
 2.2 — Princípios e regras orçamentais;
 2.3 — Gestão financeira e orçamental (realização de despesas e obtenção de receitas).
 3 — Contabilidade financeira e patrimonial:
 3.1 — Introdução do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP);
 3.2 — Aplicabilidade do POCP;
 3.3 — Estudo das contas.

2 — Bibliografia

- a) Donnelly, James *et al* (2000), *Administração, Princípios de Gestão Empresarial*, Lisboa, McGraw-Hill.
 b) Stoner, James e Freeman, R. (1995), *Administração*, Rio de Janeiro, Editora Prentice-Hall do Brasil.
 c) Caiado, António e Pinto, Calado (1997), *Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública*, Lisboa, Editora Vislis.
 d) Carvalho, João e *ali* (1999), *Temas de Contabilidade Pública*, Lisboa, Editora Rei dos Livros.
 e) Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).
 f) Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto).
 g) Normas de Execução do Orçamento do Estado para 2006 (Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março).
 h) Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) (Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro).
 i) Regime da Administração Financeira do Estado (Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho).
 j) Regime Jurídico das Aquisições no Domínio da Defesa Nacional (Decreto-Lei n.º 33/99, de 5 de Fevereiro).
 k) Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas (Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março).
 l) Regime de Realização de Despesas Públicas com Locação e Aquisição de Bens e Serviços (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

3 — Critérios principais de apreciação curricular

- a) Área académica no âmbito da(s) licenciatura(s).
 b) Área académica no âmbito do(s) mestrado(s).
 c) Cursos de pós-graduação realizados em estabelecimentos de ensino superior no âmbito da Gestão e áreas afins.
 d) Publicação de trabalhos em revistas, ou similares, de reconhecido valor científico.
 e) Apresentação de trabalhos em congressos, ou eventos científicos, de natureza similar.
 f) Outros aspectos curriculares relevantes para a intervenção da gestão na Força Aérea Portuguesa.

Comando de Pessoal da Força Aérea

Despacho n.º 14 337/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 4 do artigo 165.º, do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos SS:

Sargento-ajudante:

1SAR SS Q 039485-J, Norberto Firmino Jaleca Morgado, HFA.

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 165.º do EMFAR, ocupa transitivamente a vaga de SMOR SS deixada em aberto pela passagem à

situação de adido em comissão normal do SAJ SS 039478-F, Manuel Espírito Santo Brinco Pinto, verificada em 6 de Março de 2006, o qual se encontrava ocupada nos mesmos termos.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 6 de Março de 2006.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

8 de Março de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 14 338/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos MMA:

Sargento-ajudante:

1SAR MMA Q 057293-E, Fernando Júlio Guimarães Ló de Almeida, BA 6.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de reserva do SAJ MMA 033781-B, Jorge Manuel Miranda Martins da Silva, verificada em 1 de Abril de 2006.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Abril de 2006.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

7 de Abril de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, tenente-general piloto aviador.

Despacho n.º 14 339/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos MMA:

Sargento-ajudante:

1SAR MMA Q 060190-L, Rui Manuel Correia Simões, BA6.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela promoção ao posto imediato do SAJ MMA 019110-J, Horário de Oliveira Valente, verificada em 1 de Junho de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Junho de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

1 de Junho de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, tenente-general piloto aviador.

Despacho n.º 14 340/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea b) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º,